JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS.
Vol. 1, N° 1 (março de 2007) pp. 03-04.

APRESENTAÇÃO

Acacia Zeneida Kuenzer[1]

O Núcleo de Política, Gestão e Financiamento da Educação – NuPE, do Setor de Educação da UFPR, ao entregar à comunidade acadêmica o primeiro número do Jornal de Políticas Educacionais vem preencher uma lacuna há muito identificada na área: a necessidade de construir um veículo ágil, capaz de disponibilizar os resultados dos estudos realizados a tempo de oferecer elementos de análise crítica que permitam, sempre que possível, intervir nos processos de formulação de políticas e de programas, a partir do ponto de vista dos que vivem do trabalho.

Para tanto, conta com a contribuição dos pesquisadores da área, os quais, apropriando-se deste veículo, façam dele um importante espaço de debate, das convergências e das divergências, com vistas à qualificação e expansão da educação pública.

Neste primeiro número, o Jornal de Políticas Educacionais conta, na seção de artigos, com quatro importantes contribuições, que articulam dimensões gerais e específicas. O primeiro artigo, da autoria do Professor Nicholas Davies, da UFF, desvenda, a partir de criteriosa análise dos gastos de prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, as estratégias usadas para não dar cumprimento às exigências constitucionais relativas à aplicação da receita vinculada à educação. Entre suas contribuições, destaca-se a necessidade do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos gastos públicos pela sociedade civil, em particular pelos profissionais da educação e pelos que vivem do trabalho, aliada a uma compreensão mais ampliada da gestão democrática da educação.

No segundo artigo, Rosana Gemaque, da UFPA, faz um estudo acerca da utilização dos estudos e debates realizados sobre o FUNDEF na formulação do FUNDEB. A partir de estudo de caso realizado no Pará e de alguns resultados de estudos realizados na Bahia, Paraíba e São Paulo, questiona as possibilidades de avanço no combate às desigualdades educacionais regionais e na melhoria da qualidade do ensino, uma vez que os resultados dos estudos realizados sobre o FUNDEF não foram considerados na formulação do FUNDEB. Segundo a autora, a principal dificuldade reside na permanência da lógica que afirma serem os recursos financeiros suficientes

---

[1] Professora Titular da UFPR, aposentada, Doutora em Educação, Pesquisadora 1C do Cnpq.

para combater as desigualdades educacionais e para melhorar a qualidade de ensino, residindo o problema no gerenciamento e na distribuição dos recursos.

Ana Lorena Bruel, do UNICENP, apresenta as conclusões de sua pesquisa sobre o Programa Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná – PROEM, desenvolvido período de 1998 a 2002, em convênio de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Do ponto de vista da concepção, a autora demonstra que a implantação do Programa, antes de resultar de um processo de imposição de exigências pelo BID para a concessão do financiamento, expressou a aderência da administração pública paranaense aos princípios defendidos por aquela Instituição. Do ponto de vista dos resultados, demonstra a autora, a partir de farto material empírico, que o Programa não trouxe benefícios concretos para as escolas e para os alunos, não tendo causado impactos significativos sobre a qualidade do Ensino Médio.

Finalizando a sessão de artigos, Luiz Dourado, da UFGO e Luciene Lima de Assis Pires, do CEFET-GO/UNED Jataí, discutem as contribuições das Políticas de Educação Tecnológica para a constituição de uma nova institucionalidade do ensino superior, através dos processos de transformação das antigas escolas técnicas em instituições de ensino superior tecnológico. Demonstram os autores que, ao atender á lógica da flexibilização tendo em vista um relacionamento mais orgânico com o setor empresarial, os CEFETs passaram a constituir um modelo de educação tecnológica de custo mais baixo e com características inovadoras, como alternativa às instituições tradicionais, consideradas caras e pouco eficientes. Contudo, apontam os autores que este movimento não é homogêneo, identificando-se CEFETs e grupos de profissionais e estudantes que articulam um movimento de resistência a esta proposta.

Nas seções seguintes, Resenhas e Resumos de Dissertações e Teses, o leitor encontrará interessantes sugestões para leitura de trabalhos que trazem significativa contribuição à construção do campo epistemológico da área.

A qualidade deste primeiro número aponta as ricas possibilidades que uma proposta editorial, que articula consistência e agilidade, pode trazer ao debate das Políticas Educacionais. Por esta oportuna iniciativa, cumprimento o grupo de professores do NuPE/UFPR, que, neste importante momento de rediscussão do Projeto Nacional, assumiram com ousadia o compromisso com a criação deste espaço público que qualifica o debate acadêmico e subsidia a intervenção práxica, na direção da democratização da educação de qualidade.

Boa leitura!

Curitiba, março de 2007.